



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LUIZ CARLOS HAULY

Deputado Federal

UMA HISTÓRIA NO PARLAMENTO

*Atuação parlamentar do Deputado
Federal Luiz Carlos Hauly.*

**Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA – 2009**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa
SÉRIE
SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS
Nº 157/2008

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação.....	5
Pelo Brasil e pelos brasileiros	7
Proposições transformadas em lei.....	13
Projetos de lei em tramitação	16
Projeto de Resolução – Câmara dos Deputados – em tramitação	20
Projetos de decreto legislativo em tramitação.....	21
Projetos de lei complementar – projetos de lei da Câmara dos Deputados em tramitação.....	22
Pé vermelho, filho de pioneiros	23
Municipalista por paixão.....	26
Cidade em destaque	28
No comando da Fazenda Estadual	30
Atuação voltada para os interesses da Nação	31
Projetos para todos os brasileiros	35

APRESENTAÇÃO

Fiscalizar e legislar. Estas palavras resumem a essência da atividade parlamentar e escoram o enorme leque de compromissos atribuídos a um político que assume o seu papel com rigoroso profissionalismo, de forma a melhor atender os interesses do País e de toda a sua população.

O ato de fiscalizar fica por conta do dever de estar atento às ações do Executivo, assegurando que as ações governamentais ocorram dentro dos parâmetros da legalidade, da moral, do bom-senso e do interesse geral da Nação.

O legislar é outra tarefa básica do parlamentar, exercitada com a criação ou as alterações das leis, para que a legislação em vigor e a nossa Constituição da República sejam fortes instrumentos de harmonia e desenvolvimento.

Cabe também ao Parlamento analisar e aprovar, com as devidas adequações, os gastos e os investimentos do Governo conforme propostos no Orçamento Geral da União, anualmente.

Estas seriam as lições de casa, pois constituem tarefas que são fundamentais. Deixar de fazê-las representa muito mais do que uma omissão do político. Significa o desleixo, a falta de responsabilidade e de compromisso do parlamentar com as coisas que garantem, paralelamente ao desenvolvimento do Brasil, a dignidade das pessoas que contribuem diretamente com o seu trabalho para que haja, sempre, crescimento em todas as áreas. Na saúde, na educação, na economia, no meio ambiente, na cultura, na oportunidade de emprego, na segurança e nas nossas riquezas.

Como deputado federal conduzo as minhas atividades com os olhos, os ouvidos e os sentidos abertos para todos os lados. Fortaleço as minhas proposições e defesas com muita leitura e muitas conversas com líderes e representantes de entidades, instituições e categorias diversas, dispensando a necessária importância para os temas que interessam a todos os brasileiros.

Por isso estou presente e participo ativamente de reuniões e debates nas comissões temáticas da Câmara dos Deputados. Defendo firmemente a realização de audiências públicas quando o assunto exige o envolvimento de mais pessoas nos debates, pois este mecanismo abre espaço para que todos os que tenham interesse no tema possam opinar e ampliar o conhecimento dos parlamentares sobre o tema. Há ainda os seminários, os congressos e as oficinas de trabalho.

Nas Comissões há a maior participação daquelas que detém o maior conhecimento em determinado assunto, com os deputados sendo indicados pelos seus partidos políticos. Sou economista e me especializei na área tributária. Sou titular na Comissão de Finanças e Tributação e suplente na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Também integro outras comissões temporárias.

Neste ano de 2009, completam-se 18 anos de minha atuação como deputado federal pelo Paraná, totalizando 35 anos de vida pública. Foram oito anos como vereador e prefeito de Cambé, respectivamente, e três anos no exercício do cargo de secretário da Fazenda do Paraná. Desde 1991 represento o Paraná no Congresso Nacional. São quase duas décadas de trabalho coletivo, em que a participação da população foi sempre fundamental.

Nesta publicação, apresento algumas conquistas – que não são minhas – mas daqueles que confiam no meu desempenho em defesa do interesse nacional. Mais do que um balanço de atuação política, aqui exponho a minha vontade de refletir, com todos, sobre as perspectivas para o futuro do Brasil.

Luiz Carlos Hauly

Deputado Federal – PSDB/PR

PELO BRASIL E PELOS BRASILEIROS

Um Brasil justo, solidário e fraterno, com uma reforma tributária positiva e a administração responsável dos recursos públicos. Esta é a proposta de trabalho e a motivação de Haully para a vida pública, desde que assumiu o seu primeiro mandato, há 36 anos.

Para o deputado, a atuação parlamentar deve ser medida pela qualidade das proposições e defesas feitas. Mas os números são os leais indicadores da verdade e devem ser expostos, pois por eles é possível saber quem está na inércia e quem caminha.

Até outubro de 2009, Haully acumulou 1.780 intervenções diretas no exercício do seu mandato, aí inclusos projetos de lei, emendas à Constituição, requerimentos, projetos de resolução, projetos de decretos legislativos e, enfim, muitas outras iniciativas sobre diversos temas de interesse da sociedade brasileira.

Economista e professor de educação física – com uma visão ampla sobre o Brasil e o mundo, o deputado Haully se destaca nas comissões de Finanças e Tributação, Fiscalização Financeira e Controle e de Relações Exteriores. Entre seus projetos de lei se destacam a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, que propõe a mudança radical do sistema tributário brasileiro, e a proposta de boa gestão dos recursos destinados ao Estado, Previdência, Saúde, Educação e Segurança, de forma que se promova o desenvolvimento sustentado.

Atividades Parlamentares – (em números)

Vereador

- CM-Cambé/PR: Líder do MDB, 1973-1976
- Comissão de Justiça: Membro, 1973-1975

- Comissão de Legislação: Membro, 1973-1975
- Comissão de Redação: Membro, 1973-1975
- Comissão de Finanças e Orçamento: Membro, 1973-1975
- Comissão de Indústria e Comércio: Membro, 1973-1975
- Comissão de Agricultura: Membro, 1973-1975

Deputado Federal

- Membro do Conselho de Ética e Disciplina – 2001, 2003
- Membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) – desde 2005
- Membro do Movimento Político pela Unidade – Focolares – desde 2001
- Presidente do Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA – 2006/08
- Escolhido pela 14ª vez pelo DIAP como “Cabeça do Congresso” em 2008

Comissões Permanentes

- Comissão de Finanças e Tributação: Titular – 1991-1992-1993-1994, 2003 a 2008; Presidente – 1997; Suplente – 1995-1999 a 2002
- Comissão de Agricultura e Política Rural: Suplente – 1991-1992
- Comissão de Constituição e Justiça e de Redação: Suplente – 1992, 1994-1996
- Comissão de Economia, Indústria e Comércio: Suplente – 1993, 1999; 2ª Vice-Presidente – 1996
- Comissão de Defesa Nacional: Presidente – 1993
- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle: Titular – 1995; Suplente – 2003-2004-2005-2006
- Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Titular – 1995
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional: Titular – 1999-2000-2002; Presidente – 2001; Suplente – 2003-2004-2005, 2006-2007 e 2008

Comissões Temporárias

- Comissão Especial PEC nº 5/95, Empresa Brasileira: Titular – 1995

- Comissão Especial PEC nº 20-A/95, Parlamentarismo: Titular – 1999
- Comissão Especial PEC nº 175/95, Reforma Tributária: Titular – 1999
- Comissão Especial PEC nº 136/99, Inativos: Titular – 1999
- Comissão Especial PEC nº 3.399, Juízes Classistas: Titular – 1999
- Comissão Especial PEC nº 627/98, Municípios: Suplente – 1999
- Comissão Especial PEC nº 53/99, Sistema Financeiro: Suplente – 1999
- Comissão Especial PEC nº 3/99, Período de Mandato Eletivo: Titular – 2000
- Comissão Especial PEC nº 472-D/97,Regulamentação MP: Suplente – 2000/2001
- Comissão Especial PEC nº 167/00, Estatuto da Terra: Suplente – 2001
- Comissão Especial PEC nº 550/97, Zona Franca de Manaus: Suplente – 2001
- Comissão Especial PEC nº 222/00, Iluminação Pública: Titular – 2001
- Comissão Especial PEC nº 504/02, Iluminação Pública: Titular – 2002
- Comissão Especial PEC nº 41/03, Reforma Tributária: 3º Vice-Presidente – 2003
- Comissão Especial PEC nº 544/02, Tribunais Federais Regionais: Presidente – 2003
- Comissão Especial PEC nº 101/03, Reeleição da Mesa: Titular – 2004
- Comissão Especial PEC nº 272/00, Registro nos Consulados: Suplente – 2004
- Comissão Especial PEC nº 228-A, Reforma Tributária: 3º Vice-Presidente – 2004
- Comissão Especial PEC nº 603/98 Terrenos de Marinha: Titular – 2006
- Comissão Especial PEC nº 536-E/97, Fundeb: Suplente – 2006
- Comissão Especial PEC nº 272/00, Registro nos Consulados: Suplente – 2006

- Comissão Especial PEC nº 31-A/07, Sistema Tributário Nacional: Suplente – 2007
- Comissão Especial PEC nº 234/95, ICMS sobre Petróleo: Titular – 2007
- Comissão Especial PL nº 965/91 – Desporto: Suplente – 1992
- Comissão Especial PL nº 3.710/93 – Código de Trânsito Brasileiro: Titular – 1993
- Comissão Especial PL nº 4.828/98, Prod.,Com.Fiscalização Sementes: Titular – 2001/2002
- Comissão Especial PL nº 3.846/00, Agência Nacional de Aviação Civil: Suplente – 2001/2002
- Comissão Especial PL nº 2.109/99,Patrimônio Incorporações Imobiliárias: Suplente – 2004
- Comissão Especial PL nº 2.377/03, Créditos para Atividades Turísticas: Suplente – 2004
- Comissão Especial PL nº 4.679/01, Adição de Farinha de Mandioca: Suplente – 2005/2006
- Comissão Especial PL nº 146/03, Licitações e Contratos: Suplente – 2004/2007
- Comissão Especial PL nº 3.937/04 que altera a Lei nº 8.884/94 – CADE: 2007
- Comissão Especial PL nº 1.921/1999, Tarifa Social de Energia Elétrica: Primeiro-Vice-Presidente – 2007
- Comissão Especial PL nº 7.161/06, Sistema Único de Consórcios: Titular – 2007
- Comissão Especial PL nº 6.461/05, Sociedade Empresária Desportiva: 2007
- Comissão Especial PLP nº 18/99, Responsabilidade Fiscal: Titular – 1999
- Comissão Especial PLP nº 123/04, Lei Geral da Microempresa: Relator – 2005/2006
- Comissão Especial PLP nº 79/07, Super Simples: Relator – 2007
- Comissão que altera Dispositivo da Lei nº 8.031/90: Vice-presidente – Titular
- Comissão Especial Crimes Responsabilidade do Presidente da República: Titular – 1992

- Comissão Especial Programa de estabilização do Governo: Titular – 1994
- Comissão Especial MP nº 1.560-7/97: Suplente – 1997
- Comissão Especial MP nº 1.481-51/97: Titular – 1997
- Comissão Especial, Reforma do Regimento Interno da Câmara: Suplente – 2001
- Comissão Especial ALCA: Suplente – 2002-2003
- Comissão Especial/Amenizar Tributação Cumulativa: Titular – 2002
- Comissão Especial, Reforma Tributária: 3ª Vice-Presidente – 2003-2004
- Comissão Especial, Gestão do Funcafé: Suplente – 2005/2006

Condecorações

- Medalha do Mérito na Assistência ao Estudante, FAE/MEC, 1985
- Homenagem pelo trabalho desenvolvido no Município de Cambé, quando prefeito, nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1987, Rio de Janeiro/RJ
- Ordem do Brasão, Comendador, 1988, Santa Fé/PR
- Cidadão Honorário dos Municípios de Cambira e Icaraíma – Paraná, 1989
- Amigo da Polícia Militar do Estado do Paraná, 1989
- Sócio Honorário da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Paraná, 1989
- Honra ao Mérito, Instituto do Câncer de Londrina, 1989, Londrina/PR
- Sócio Benemérito da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, 1990
- Diploma de Reserva Moral da Administração Pública do Estado do Paraná, Sindicato dos Agentes Fiscais Meteorológicos do Paraná, 1990, Curitiba/PR
- Ordem do Mérito Militar, Comendador, Ministério do Exército, 1993, Brasília/DF
- Medalha do Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, 1993, Brasília/DF

- Ordem do Mérito das Forças Armadas, Comendador, Emfa, 1994
- Ordem do Mérito Juiz Classista, Associação dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho, 1994
- Admitido na Ordem do Rio Branco, Grau Grande Oficial, 1997
- Medalha do Mérito Cooperativista Paranaense, pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
- Condecoração da Aeronáutica, Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau Oficial, setembro/2000
- Condecoração da Marinha, Ordem do Mérito Naval, 11-6-2001, Brasília/DF
- Medalha Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, maio/2003, Brasília/DF
- Condecoração pelos relevantes serviços prestados à Causa das Micro e Pequenas Empresas, CACB, 7-2-2006, Brasília/DF
- Condecoração de reconhecimento e contribuição para o crescimento e valorização das empresas de serviços contábeis e das empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas – Fenaccon, Maio/2006, Curitiba/PR
- Homenageado como liderança do ano, no evento Perfil Empresarial do Paraná/2006, do jornal *Indústria & Comércio*, Fesp, Abril/2007, Curitiba/PR
- Condecoração Governo de Minas Gerais, Grande Medalha da Inconfidência, 21-4-2007, Ouro Preto/MG

PROPOSIÇÕES TRANSFORMADAS EM LEI

Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 1991, transformada na Emenda à Constituição nº 3, de 17 de março de 1993, que deu nova redação aos arts. 40, 42, 102, 103, 150, 155, 156, 160 e 167 da Constituição Federal; autorizou a instituição, nos termos de lei complementar, com vigência até 31 de dezembro de 1994, do imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeiras; eliminou o adicional ao imposto de renda, de competência dos estados; eliminou o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, de competência dos municípios; e restringiu a emissão de títulos da dívida pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Lei Kandir – Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – A negociação em torno desta Lei foi árdua. O Deputado Haully, que atuou como relator, negociou com representantes da União e dos estados, transformando este processo de negociação num marco na história do federalismo brasileiro, pois pela primeira vez sentaram-se à mesa, em sucessivas reuniões, secretários estaduais de Fazenda, parlamentares, ministros, governadores e, em algumas ocasiões, até mesmo o Presidente da República. Quando assumiu a relatoria, o Deputado Haully transformou o projeto de lei numa obra coletiva.

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

Lei Geral – Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 1996 – O tratamento diferenciado para os micro e pequenos empresários começou há pouco mais de dez anos e consolidou-se como lei em 1996, com o apoio de ampla maioria do Parlamento. Haully estava presente e começava a traçar uma nova etapa para a nossa economia.

Projeto de Lei nº 4.576, de 1998, transformado na Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, que "dispõe sobre a criação de *homepage*, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 2.942, de 1992, transformado na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que "dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

Projeto de Lei nºs 4.434, de 1998, transformado na Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000, que "altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES".

Projetos de Lei nºs 3.115 e 3.519, de 1997, transformados na Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, que "altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários".

Reembolso de FGTS – Lei Complementar nº 110, de 29 de Junho de 2001 – Fruto do maior acordo firmado entre Governo, sindicatos e empresários, o reembolso das perdas dos Planos Verão e Color I para o trabalhador foi possível graças à proposta do Deputado Haully, que foi o relator da Lei Complementar nº 110/2001 e estabeleceu o pagamento imediato para valores até R\$2 mil e faixas de escalonamento acima deste valor. Portadores e dependentes de neoplasia maligna, de HIV, diagnosticados com Aids, além dos aposentados maiores de 65 anos e vítimas de acidentes de trabalho também puderam fazer o resgate imediato.

Lei das S/A – Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 – A mudança da lei proposta por Haully protege os acionistas minoritários e dá autonomia para a Comissão de Valores Mobiliários, além de punir com severidade quem desrespeitar as regras do mercado e operar de forma fraudulenta na Bolsa de Valores ou de Mercadoria e Futuros. Para que o Brasil tenha um mercado de capitais forte, é preciso incentivar as pessoas a investirem em ações, e aumentar o poder de fiscalização sobre esta atividade econômica.

Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Lei Complementar nº 127 de 14 de agosto de 2007 – Alteração no Supersimples – Lei Complementar nº 127/2007 – Pouco depois de aprovada e sancionada, a Lei Complementar nº 123/2007 revelou alguns equívocos, corrigidos através dessa Lei nº 127/2007.

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO

Projeto de Lei	Assunto
PL nº 6.237/2009	Revoga o art. 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Alteração, Lei da Reforma Agrária
PL nº 6.144/2009 Apensada ao PL nº 6.062/2009	Dispõe sobre a perda do direito de receber indenização em caso de acidente de trânsito
PL nº 5.965/2009	Estabelece que a ECT gozará de isenção de direitos de importação de materiais e equipamentos destinados aos seus serviços, dos privilégios concedidos à Fazenda Pública, em relação a imunidade tributária, direta ou indireta.
PL nº 5.868/2009	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-487 entre as BR-487 e 376 ligando os Municípios de Iretama e Reserva.
PL nº 5.867/2009	Regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação.
PL nº 5.866/2009	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-153 entre as BR-487 e 476 ligando os municípios de Imbituva e Paulo de Frontin e entre Ibaiti e Ventania.
PL nº 5.770/2009 (Apensada à PL nº 3.723/2008)	Dispõe sobre natureza de ato cooperativo das aplicações financeiras das cooperativas de crédito.
PL nº 5.699/2009	Dispõe sobre o incentivo para médicos e odontólogos atuarem em municípios com população de até vinte mil habitantes.
PL nº 5.566/2009	Institui o dia 8 de agosto como "Dia Nacional do Elos Internacional da Comunidade Lusíada.

PL nº 4.779/2009 (Apensada à PL 481/1999)	Isenção do pagamento de taxa de segunda via para a expedição de documento furtado ou roubado.
PL nº 3.720/2008	Incluir o curso da atual PR-445 saindo de Mauá da Serra, no entroncamento entre as rodovias BR-272 e 376 passando pela BR-369 até a divisa Paraná/São Paulo no município de Primeiro de Maio.
PL nº 3.719/2008	Incluir o curso da atual PR 090 saindo de Curitiba passando pela BR-369 até a divisa Paraná/São Paulo nos municípios de Alvorada do Sul e Porecatu.
PL nº 3.270/2008 (Apensada à PL 3295/2004)	Financiamento da educação básica e do ensino técnico.
PL nº 3.167/2008	Fornecimento de medicamentos para portadores de doenças crônicas de baixa prevalência ou rara a pacientes da rede pública de saúde.
PL nº 3.109/2008 (Apensada à PL 4.221/2004)	Criar Universidade Federal de Ensino a Distância
PL nº 2.702/2007 (Apensada à PL-2.166/2007)	Suspensão automática do serviço de telefonia celular.
PL nº 2.429/2007 (Apensada à PL nº 1.986/2003)	Proíbe a realização de apostas em evento esportivo pela rede mundial de computadores.
PL nº 2.362/2007 (Apensada à PL 3.047/2004)	Salário mínimo ao portador de Doença de Alzheimer.
PL nº 2.227/2007	Fixa reserva de cargos públicos para mulheres.
PL nº 2.201/2007	IPI – Canetas.
PL nº 2.120/2007	Projetos desportivos, para desportivos.
PL nº 2.119/2007	Lotéricas.
PL nº 2.004/2007	FGTS – Concurso Público.
PL nº 1.897/2007	Altera a Lei dos SA.
PL nº 1.383/2007	Contas vinculadas do FGTS.
PL nº 1.311/2007	Altera Lei Haully <i>homepage</i> .
PL nº 948/2007 (Apensada PL nº 6.770/2006)	Saque – FGTS.
PL nº 355/2007 (Apensada à PL nº 7.650/2006)	Educação Tempo Integral.

PL nº 205/2007	Imposto de Renda na fonte, autarquia, fundação, instituição de ensino superior, universidade federal.
PL nº 7.607/2006	Empreendedorismo.
PL nº 7.604/2006 (Apensada à PL nº 6.229/2005)	Micro na Lei de Falência.
PL nº 7.440/2006	Transporte Escolar.
PL nº 7.437/2006	Ambulância.
PL nº 7.207/2006 (Apensada à PL nº 7.017/2006)	Imposto de Renda das Pessoas Físicas.
PL nº 6.861/2006	Previdência para o Brasil no exterior.
PL nº 6.437/2005	Código Civil.
PL nº 5.408/2005	Cooperativa de Crédito.
PL nº 5.312/2005	FUNPROSUS.
PL nº 4.760/2005	Garantindo cobertura do saldo devedor remanescente no caso do mutuário que tenha contribuído para o FCVS.
PL nº 4.665/2004	FCVS – NARUR.
PL nº 3.738/2004	Dia Nacional do Macarrão.
PL nº 3.667/2004	Lei de Falência.
PL nº 3.458/2004	Responsabilidade Eleitoral.
PL nº 3.418/2004	Lei Eleitoral.
PL nº 3.199/2004	SIAFI.
PL nº 3.125/2004	Bebida alcoólica.
PL nº 2.733/2003	Ético Moral (Proíbe o recebimento de presente e brindes)
PL nº 2.598/2003	Fila.
PL nº 1.501/2003	Propaganda para empréstimos.
PL nº 1.378/2003	Aposentadoria.
PL nº 1.204/2003	Itaipu .
PL nº 1.203/2003 (Apensada à PL nº 7.003/2002)	SIMPLES.
PL nº 1.145/2003	Juramento à Bandeira.
PL nº 7.225/2002 (Apensada à PL nº 7.494/2006)	Filantrópicos/Remissão – INSS-APAE.

PL nº 7.224/2002 (Apensada à PL nº 6.761/2002)	Ministério Público – Queixa/Crimes contra os costumes/Ação Incondicionada.
PL nº 7.223/2002 (Apensada à PL nº 2.858/2000)	Crime/Organização Criminosa.
PL nº 6.782/2002	Fundação Universidade Federal do Norte do Paraná.
PL nº 5.921/2001	Publicação Infantil.
PL nº 5.823/2001	Proibição – Fumo em Locais Públicos.
PL nº 5.672/2001	Lei S/A – Lei das Sociedades Anônimas.
PL nº 5.472/2001	Incentivo à Instalação de Fábrica.
PL nº 4.938/2001 (Apensada à PL nº 3.310/2000)	FGTS – HIV.
PL nº 4.859/2001	TCU – <i>Royalties</i> .
PL nº 2.839/2000	PIS/PASEP – Para Síndrome da Imunodeficiência.
PL nº 8.98/1999	Lei Haully – Compensação Financeira.
PL nº 4.547/1998	IPI – Antisocial.
PL nº 3.955/1997 (Apensada à PL nº 5.676/1990)	Legendar as falas.
PL nº 1.519/1996 (Apensada à PL nº 738/1995)	½ para SM – Prestação Continuada.
PL nº 4.915/1995	Regulariza Situação Fiscal / Eletrônico Estrangeiros.
PL nº 4.371/1993 (Apensada à PL nº 6.690/2002)	Lei Org. Polícia Civil.
PL nº 4.161/1993 (Apensada à PL nº 1.292/1995)	Lei Licitação.
PL nº 4.132/1993	Resposta Técnica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO – CÂMARA DOS DEPUTADOS
EM TRAMITAÇÃO
PRC – PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD)

PRC	Assunto
PRC nº 207/2009	Cria a Comissão Representativa da Câmara dos Deputados para acompanhar a execução das ações voltadas para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas 2016, no Município do Rio de Janeiro/RJ.
PRC nº 70/2007 (Apensada à PRC nº 137/2004)	Altera o Código de Ética.
PRC nº 24/2007	Tráfego Aéreo Nacional.
PRC nº 10/2007	Parlamentares portadores de necessidades especiais.
PRC nº 111/2003 (Apensada à PRC nº 145/1993)	Proibindo a entrega de discurso para ser publicado, na Ordem do Dia.
PRC nº 164/2001 (Apensada à PRC nº 145/1993)	Distribuição do tempo destinado ao Pequeno Expediente, Grande Expediente e Breves Comunicações.
PRC nº 15/1991	Reduzindo o tempo de cada orador de 30 para 20 minutos, durante o Grande Expediente.

**PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO
EM TRAMITAÇÃO**

PDC	Assunto
PDC nº 41/2007	Susta a resolução que implantou o Sistema de Identificação Automática de Veículos – SINIAV
PDC nº 1.594/2005	Susta os efeitos dos atos praticados pela Secretaria da Receita Federal.
PDC nº 1.216/2004 (Apensada à PDC nº 1.475/2004)	Contribuição sindical em folha de pagamento de salário.
PDC nº 501/2003	Educação Básica.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR
PROJETOS DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
EM TRAMITAÇÃO

PLP	Assunto
PLP nº 372/2008	Cria rito especial para apuração dos processos judiciais de natureza penal de candidato registrado para concorrer a mandato eletivo.
PLP nº 126/2007 (Apensada ao PLP-88/2007)	Alteração, Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Transformado na Lei nº 128/2008
PLP nº 85/2007 (Apensada à PLP-2/2007)	Autoriza a inclusão das empresas de decoração e paisagismo. Aprovada Emenda nº 2 Substitutiva de Plenário
PLP nº 271/2005	Ato Cooperativo.
PLP nº 146/2004	Proíbe as Entidades Fechadas de Previdência de investir em fundos de investimento nas áreas de fumo, armas e munições
PLP nº 84/2003	Cria Regime de Previdência/Funcionário Público.
PLP nº 61/2003 (Apensada À PLP-47/1991)	Reestruturando o Sistema Financeiro Nacional
PLP nº 20/2003	Alterando a Lei Kandir no que diz respeito à incidência do ICMS sobre combustíveis e lubrificantes.
PLP nº 285/2002	ISS – Corretores de Imóveis/Imobiliária.
PLP nº 220/2001 (Apensada à PLP nº 205/2001)	Gastos com publicidade e propaganda.
PLP nº 101/1992	Manutenção do crédito.

PÉ VERMELHO, FILHO DE PIONEIROS

Luiz Carlos Jorge Haully é o filho caçula de oito irmãos do casal Jamile Ayub Haully e Salomão Jorge Haully, que chegaram ao Norte do Paraná em abril de 1933, antes de Londrina se tornar sede do município, em 10 de dezembro de 1934. Seguindo a sua vocação comercial e atendendo ao objetivo a que havia se proposto, Salomão abriu o seu estabelecimento, batizado de Casa São Jorge. Tecidos, calçados, vestuários e outras necessidades eram comercializados pela família.

Nágila, a irmã mais velha de Luiz Carlos, nasceu em setembro de 1934, mas foi batizada no dia 1º de janeiro de 1935, sendo a primeira criança a ser registrada na recém-criada Londrina. O caçula Luiz Carlos nasceu no dia 8 de outubro de 1950.

Haully é casado com a professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Dr^a Maria Célia de Oliveira Haully, com quem teve dois filhos, Lucas e Luiz Renato. A esposa Célia é professora há mais de 30 anos. O filho Lucas é formado em Administração de Empresas e tem pós-graduação. O filho Luiz Renato é estudante de Direito na PUC e de Economia na UEL.

Haully é católico. A prática da fé através de uma religião é para ele e a família uma tarefa exercida diariamente com devoção. Haully cursou o 1º e o 2º graus em escola pública, onde desde menino demonstrou ser um líder. Esta característica de liderança se acentuou no decorrer dos estudos, passando a ganhar mais força ainda no tempo de estudante universitário, quando frequentou a Universidade Estadual de Londrina durante os cursos de Educação Física e de Ciências Econômicas.

A liderança do jovem Luiz Carlos e os ensinamentos do pai, Salomão, e da mãe Dona Jamile, também foram fortes aliados na vida profissional. Mal havia completado 16 anos quando seu pai faleceu e as suas responsabilidades aumentaram. Ainda adolescente, ele começou a trabalhar como garçom nos restaurantes da família em Londrina e Cambé.

Haully tinha apenas 22 anos quando foi eleito vereador em Cambé com 12% dos votos. Isso em 1972, quando o vereador não recebia salário. À época, Haully integrava as fileiras do extinto Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição ao regime militar. Foi naquele momento que o jovem expôs de maneira acentuada a sua grande vocação para a vida pública.

Em 1982, Haully se formou em Economia pela UEL e três meses depois foi eleito com 54% dos votos prefeito de Cambé, pelo PMDB, destacando-se nacionalmente como um grande líder municipalista em congressos, seminários e em todas as Marchas Municipalistas a Brasília.

Na educação, uma das principais heranças de Haully foi a implantação da primeira escola de período integral com metodologia inovadora do Paraná, no Parque Manela, que funciona há 26 anos, desde 1983. Ele foi o primeiro prefeito do Brasil a fazer eleições diretas de diretores de escola. Também foi pioneiro na municipalização da merenda escolar.

Sua gestão como prefeito (1983/1987) foi reconhecida por organizações governamentais e não governamentais, como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Em 1985, Haully recebeu a Medalha do Mérito na Assistência ao Estudante (FAE/MEC) e serviu como tema de duas dissertações de mestrado.

Após quatro anos de mandato como prefeito, Haully se tornou uma forte liderança municipalista do Paraná. De 1987 a 1990, ele comandou a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, sendo concomitantemente presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná, o extinto Banestado, que durante a sua participação foi elevada da 17ª posição para a 7ª no *ranking* entre os bancos brasileiros. Também foi membro de outros conselhos estaduais importantes, incluindo os do BRDE e do Codesul.

Assumi o mandato de deputado federal pela primeira vez em 1991, sendo reeleito em 1994, 1998, 2002 e 2006, tendo Londrina como base eleitoral. Cumpre atualmente o seu quinto mandato. Nos últimos 15 anos o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) promove uma pesquisa e avaliação anual, escolhendo os “Cem Cabeças do Congresso Nacional”, entre 594 parlamentares. Somente cinco parlamentares figuram em todos os 15 anos, sendo o Haully um deles, sempre se destacando como formulador e debatedor.

Haully é um social democrata e tem como inspiração as sociais democracias européias. É parlamentarista, defende o voto distrital puro e a fidelidade partidária. É defensor também do cooperativismo e das micro e pequenas empresas, tendo participação efetiva na criação do Simples e em todas as suas inovações, inclusive na existência do Microempreendedor Individual (MEI), que vigora a partir de 1º de julho de 2009. Luta por um Brasil democrático, com justiça social e desenvolvido. Atualmente é o secretário geral do PSDB no Paraná e vice-líder da oposição na Câmara Federal.

MUNICIPALISTA POR PAIXÃO

Corria o ano de 1988. O Congresso Nacional fervilhava de reuniões, debates e mobilizações para mudar a Constituição Brasileira. O então secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly, hoje deputado federal, era adepto ferrenho do municipalismo e entrou de corpo e alma na luta para sanar os problemas da baixa e irregular arrecadação dos municípios. Hauly participou de movimentos municipalistas como as Marchas para Brasília e manteve negociações com os constituintes. Sua ação influenciou mudanças importantes incluídas na Constituição.

À época, a situação dos municípios era de total submissão ao governo central. Todo o volume arrecadado ia direito para o Governo Federal e depois eram feitos os repasses. O problema é que não havia regularidade nesses repasses. Estados e municípios ficavam reféns e dependiam da boa vontade do governo federal.

Nem a existência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em vigor desde 1967, colocava fim ao impasse. Só em 1969 uma emenda desvinculou o controle de despesas, trazendo uma pequena esperança para os Municípios. Mas a melhora mesmo ocorreu com a Constituição de 1988 e representou um salto na autonomia municipal, que passou a ser considerado Ente Federativo e a ter competência de elaborar sua Lei Orgânica, antes feita pela Assembléia Legislativa do Estado.

Outro avanço da Constituição de 1988 foi o estabelecimento de prazo para o repasse do FPM. O valor arrecadado deveria ser feito a cada 10 dias. A melhora ocorreu também no repasse do ICMS

(Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que passou a ser semanal. Considerada por Ulysses Guimarães a “Constituição Cidadã”, a nova Carta Magna permitiu ainda aos municípios uma maior fatia do ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis) e do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos), este último com 50% já retido no local de arrecadação.

Haully, no comando da Secretaria da Fazenda do Paraná, também teve participação decisiva nos debates e mobilizações que culminaram na apresentação de emenda pelo senador Passos Porto e deputado Airton Sandoval, no dia 27 de setembro de 1988, de elevação do FPM de 8% para 14%. Em 23 de novembro, a emenda foi aprovada numa histórica sessão do Congresso Nacional.

As vitórias dos estados e municípios avançaram sobre outros impostos, reduzindo consideravelmente a competência impositiva da União. Como no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), reconfigurado em sua forma de cobrança e com parcela da receita proveniente dele partilhada com os Estados e os Municípios, por meio dos Fundos de Participação. Os municípios ganharam também a competência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Na Câmara Federal, Haully é um devoto incansável das causas municipalistas: “Sou um entusiasta do municipalismo, sendo um dos coordenadores da Frente Municipalista desde que iniciei meu trabalho como deputado federal em 1991. Atuei para corrigir a distorção em relação ao FPM dos pequenos municípios e hoje estou atuando para rever a sistemática dos índices do fundo. Sou autor do projeto de compensação dos regimes previdenciários que levou o nome de Lei Haully, dando garantia de recursos para municípios e estados. Além disso, sou autor do projeto que prolonga a dívida com o PIS/Pasep e também atuo na aprovação da emenda constitucional da contribuição de iluminação pública”, afirma.

CIDADE EM DESTAQUE

Quando prefeito de Cambé, Haully recuperou bairros inteiros, dinamizou a vida da cidade, instalou projetos inovadores que lhe renderam prêmios nacionais – em Saúde e Educação – e principalmente ganhou o carinho do seu povo. Haully ficou quatro anos na Prefeitura e pode realizar inúmeros projetos. Alguns exemplos:

- Co-Patrocinador da segunda Pastoral da Criança no Brasil, nos jardins Tupy e Santo Amaro, junto com a Dra. Zilda Arns e o então arcebispo Dom Geraldo Magela (hoje presidente da CNBB). O Programa Pastoral da Criança virou referência nacional e mundial;

- Pioneiro no Paraná na implantação da gestão participativa (administração moderna, democrática e com a participação da comunidade nas decisões);

- Primeiro prefeito do Brasil a fazer as eleições para diretores de escolas;

- Primeiro prefeito do Brasil a implantar Educação Física nas escolas municipais;

- Implantou o programa de hortas escolares e comunitárias, que virou referência nacional no programa de merenda escolar;

- Pioneiro na municipalização dos programas de saúde, com a implantação das chamadas Ações Integradas de Saúde, que logo após transformou-se no Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS) e hoje é o SUS (Sistema Único de Saúde);

- Implantou o programa de recuperação de indústrias com a instalação do COIND – Conselho de Desenvolvimento Industrial, que conseguiu reerguer 42 indústrias que estavam fechadas. Atraiu 112 novas empresas, construindo o 9º parque industrial do Paraná.

Um programa competente de industrialização do município foi feito;

- Executou 1 milhão de metros quadrados de pavimentação asfáltica;

- Desenvolveu programas especiais de esporte, cultura, lazer e preservação de todos os fundos de vale.

NO COMANDO DA FAZENDA ESTADUAL

Em 1987, Haully foi convocado pelo norte do Paraná para ser o novo secretário da Fazenda, em Curitiba, no Governo Álvaro Dias, onde recebe a missão de administrar a 5ª economia do Brasil. Cria o Fundo do Desenvolvimento Urbano (FDU) e o Programa de Incentivo à Industrialização do Paraná, o PROIN.

Conseguiu melhorar as finanças do Paraná e com isso instalar e garantir a gratuidade do ensino nas universidades e faculdades estaduais.

Defendeu e melhorou o acesso das micro e pequenas empresas do Paraná, criando o primeiro Simples estadual. Por isso foi homenageado pela Associação Paranaense de Micro e Pequenas Empresas.

A atuação de Haully como secretário da Fazenda do Paraná, proporciona visibilidade e apoios políticos que garantem sua eleição como deputado federal, em 1990.

Na Câmara dos Deputados ele começou a ser destaque nas articulações políticas. Seu trabalho como líder municipalista e secretário da Fazenda foi reconhecido e no primeiro mandato assumiu o posto de líder partidário. Passou a integrar o colégio de líderes da Câmara dos Deputados.

Num projeto que tratava das dívidas das empresas de energia elétrica conseguiu incluir o ressarcimento de US\$800 milhões devidos à Copel. Com isso recuperou dinheiro suficiente para construir uma usina hidrelétrica – a Usina de Salto Caxias, no rio Iguaçu.

Ainda como secretário da Fazenda do Paraná Haully ajudou o Governo Álvaro Dias a implantar o mais complexo e importante projeto de abastecimento de água do norte do Estado, o Projeto Tibagi, que beneficiou moradores de Londrina e Cambé.

ATUAÇÃO VOLTADA PARA OS INTERESSES DA NAÇÃO

Eleito deputado federal pela primeira vez em 1990, Haully cumpre agora o seu quinto mandato e reúne em seu currículo um histórico de realizações em defesa dos interesses da sociedade brasileira. Formado em Ciências Econômicas e em Educação Física, Haully levou para o Congresso Nacional experiência que acumulou em sua trajetória como um servidor preocupado em exercer, da melhor forma, o papel de cidadão. Após trabalhar nos restaurantes da família ainda na adolescência, Haully foi professor de educação física em escola de Londrina e Cambé, professor de basquete e de handebol e integrou a Comissão de Recreação e Esportes do Município de Cambé – PR.

Iniciou na vida pública pela base. Foi diretor do departamento de administração da Prefeitura de Cambé, Presidente da Companhia Municipal de Desenvolvimento de Cambé e assessor financeiro da prefeitura de Cambé. Os mandatos eletivos foram iniciados em 1973, como vereador. De 1983 a 1987 foi prefeito de Cambé. Cumpriu os quatro anos de mandato e foi convocado pelo Governo de Álvaro Dias a comandar a Secretaria de Fazenda do Paraná.

Considerado uma autoridade em questões ligadas à economia e plenamente comprometido com o municipalismo, Haully foi levado pelo voto à Câmara dos Deputados. Algumas de suas proposições e tantas outras participações em projetos de leis trouxeram contribuições importantes para a sociedade brasileira. A Lei Haully (Lei nº 9.796/1999), que garantiu milhões de reais a estados e municípios brasileiros, é um exemplo.

Haully também integrou, como membro titular, a comissão que aprovou a construção do Plano Real. Economista e líder municipalista respeitado, o deputado foi escolhido por suas qualidades como homem público e estadista. Na comissão ele opinou e foi ouvido pela equipe econômica do então ministro Fernando Henrique Cardoso.

Consta entre as defesas de destaque de Haully a lei de transparência administrativa, intitulada Contas Públicas, que determina a publicação na internet de todas as despesas e receitas do governo e dos poderes Legislativo e Judiciário.

Está sob responsabilidade do Tribunal de Contas da União no site www.contaspublicas.gov.br. É um dos pais do REFIS – que permite a milhares de empresas brasileiras regularizarem sua situação fiscal perante o Governo Federal.

Haully também apresentou o projeto de Lei das S.As, com a intenção de proteger o pequeno investidor – o minoritário, para defender aquele brasileiro ou brasileira que comprou com o seu FGTS as ações da Petrobras com um mecanismo legal para proteger e preservar seu investimento.

Haully também teve participação decisiva na criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que surgiu com o objetivo de moralizar a administração pública nas esferas municipal, estadual e federal. Em sua trajetória, quando o Brasil elegeu um sindicalista do PT para ser o Presidente da República, Haully anunciou a decisão de fazer uma oposição responsável e equilibrada no Congresso Nacional. “Vamos esperar que Lula consiga fazer tudo o que diz ser capaz. Ele e o PT prometeram milagres, vamos ver se são capazes”.

Outra defesa de Haully no Congresso Nacional é a Lei de Responsabilidade Eleitoral, que permite ao eleitor cobrar as promessas de campanha e denunciar o seu descumprimento, cassando o mandato do político que promete e não cumpre.

A fiscalização dos atos o administrador público não poderá “quebrar” uma prefeitura ou Estado sem arcar com as consequências por seus péssimos atos.

Um dos principais projetos de Haully determina o fim da publicidade dirigida às crianças (PL nº 5.921/01). Recebe apoio de educadores e cientistas na sua aprovação.

Na economia, Haully é um dos criadores do Simples Federal, que enquadrou 2 milhões de micro e pequenas empresas com redução de impostos federais e beneficiou amplos setores da economia brasileira.

Já em seu quarto mandato, após as eleições de 2002, Haully atua rigorosamente nas ações contra o desmando do governo petista. Ministros são processados pelo Ministério Públicos Federal (MPF) pelas denúncias e documentos apresentados por Haully. Foi o primeiro deputado a pedir a cassação do mandato do todo-poderoso ex-Ministro José Dirceu.

Dirigentes e funcionários públicos são punidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) após denúncias de Haully. Vários órgãos públicos ainda são investigados pelo MPF e TCU.

Uma CPI é protocolada para investigar a fraude na falência do Banco Santos e seus atos que prejudicaram pequenos investidores, empresas e fundos de pensão de funcionários. Posiciona-se pelo fim do voto secreto nas cassações de mandato de deputados e senadores. Vota sempre pela cassação dos deputados envolvidos no escândalo do Mensalão, como José Dirceu, Roberto Jefferson e os demais envolvidos.

Atuou na Reforma Tributária para simplificar a legislação criando apenas cinco impostos, como o seletivo e o IVA, baseando seu projeto em estudos comparativos com os países da Europa, Estados Unidos da America, Canadá e Austrália.

É também autor da emenda aprovada que concedeu a isenção de impostos para livros.

Teve atuação decisiva, como relator, no projeto que criou o Supersimples e fez uma nova Lei Geral das Micro e Pequenas empresas, melhorando a vida de milhares de brasileiros e facilitando a vida dos que criam empregos e renda mo Brasil.

É Haully o responsável pela criação do Microempreendedor Individual (MEI). Que entra em vigor em 1º de julho de 2009 e tira da informalidade mais de 11 milhões de trabalhadores brasileiros. Com o MEI, eles passam a contar com os benefícios da Previdência Social.

Haully também atuou em defesa dos trabalhadores brasileiros, que estão recebendo desde 2002 o dinheiro que foi expurgado de suas contas no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) durante os planos econômicos dos ex-presidentes Sarney e Collor. É fruto do maior acordo afirmado entre governo, sindicatos e empresários – era preciso que o Congresso Nacional aprovasse a mensagem do governo federal para viabilizar um total de R\$42 bilhões e 430 milhões de reais para 113 milhões e 820 mil contas distribuídas entre 38,8 milhões de trabalhadores.

Escolhido para relatar o projeto de lei em Brasília, Haully reuniu-se com dirigentes sindicais, empresários e a equipe econômica do Governo para encontrar os recursos para o pagamento e garantir a arrecadação.

Idosos, portadores e titulares de contas ou dependentes com doenças graves e os que sofreram acidentes de trabalho foram outros beneficiados por ações de Haully, que melhorou o projeto do Governo FHC e antecipou o pagamento a estas pessoas.

Sempre atuante na defesa da agricultura, agroindústria e o agronegócio, além das cooperativas, Haully é presença constante no plenário defendendo medidas compensatórias para o Paraná.

Atou nos projetos de Securitização da dívida agrícola, do Pesa e Recoop que tratam dos refinanciamentos das dívidas dos agricultores e das cooperativas.

É o relator responsável pela aprovação da lei que isenta do ICMS os produtos agrícolas destinados a exportação e também que isenta as máquinas agrícolas e industriais. É chamada de Lei Kandir/Haully.

Esteve ao lado na construção do Banco da Terra, Proger e ProbaF/Pronafinho. São milhões de reais que estão à disposição do pequeno agricultor e do pequeno empreendedor. Sem esquecer dos trabalhadores rurais ele liderou o movimento para aumentar a aposentadoria de $\frac{1}{2}$ salário mínimo para 1 salário, o que ampliou a renda de mais de sete milhões de brasileiros aposentados.

PROJETOS PARA TODOS OS BRASILEIROS

– Lei do FGTS – relator da lei que está pagando as perdas pelos planos econômicos dos Governos Sarney e Collor, apresentou o substitutivo que foi aprovado e permitiu que 30 milhões de trabalhadores brasileiros recebam um total de 41 bilhões de reais. No seu relatório priorizou aos trabalhadores idosos, com portadores de doenças graves, vítimas de acidentes de trabalho ou com dependentes;

– Lei Haully – autor da lei que está pagando a todos os estados e municípios brasileiros recursos oriundos da Previdência Social;

– Lei do Refis – milhões de empresas e empresários conseguiram recuperar seu crédito e acertar todas as pendências com o Governo Federal por conta da lei que Haully ajudou a aprovar no Congresso Nacional;

– Lei da Transparência – autor da lei que manda os agentes públicos publicarem na internet todas as despesas e receitas – contas-publicas.gov.br – possibilitando o controle da sociedade. Haully instituiu a “auditoria social” nos governos, órgãos públicos e poderes para combater a corrupção;

– Lei da Isenção do ICMS para produtos agrícolas nas exportações – Lei Kandir/Haully – foi o relator deste importante mecanismo legal que permitiu ampliar as exportações, principalmente da agricultura brasileira;

– Lei da Isenção do ICMS nas máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, que ajudou e ainda auxilia as empresas rurais e industriais a gerarem mais empregos e renda;

– Lei da Isenção de IPI para Taxistas – aprovou o projeto que beneficia os taxistas no Brasil;

– Lei das S.A (Sociedades Anônimas) – autor da chamada “Lei de Defesa dos Minoritários”, como foi chamada pelo jornalista da *Folha de S.Paulo* e colunista econômico Luis Nassif, ao projeto que permitiu melhorar o mercado acionário no Brasil. Haully apresentou ainda novo projeto de lei que amplia a força dos acionistas minoritários e cria a chamada “governança corporativa”;

– Autor da emenda em relatório à lei que regulamentava as Contas de Resultado a Compensar (CRC) das empresas brasileiras de energia elétrica – beneficiou o Paraná, através da Copel, com US\$ 800 milhões de dólares. Fruto do seu trabalho em Brasília, Haully garantiu o dinheiro para construir uma usina hidrelétrica como a usina de Salto Caxias, no rio Iguaçu;

– Lei dos Crimes do Colarinho Branco – que permite o enquadramento dos “tubarões” que utilizavam de brechas da lei para escaparem da Justiça. Hoje é usada para processar os comandantes do tráfico de drogas e lavagem de dinheiro;

– Lei da Quebra do Sigilo Bancário – outra lei que permitiu processar os “tubarões” da lavagem do dinheiro sujo e do tráfico de drogas;

– Lei de Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro – veio aperfeiçoar o combate aos “tubarões” e “mafiosos”;

– Lei do Salário Mínimo integral para os aposentados rurais;

– Lei que garante a preferência e a rapidez nos pagamentos nas execuções de sentenças de até R\$12.000,00, sem necessidade de precatórios;

– Lei de criação dos Juizados de Pequenas Causas na Justiça Estadual, que facilitou o acesso dos brasileiros a uma Justiça rápida e eficiente, sendo modelo internacional;

– Lei de criação dos Juizados Especiais Federais – que facilitou o acesso dos brasileiros a uma Justiça Federal rápida e eficiente, sendo que Haully lutou para o Paraná ser o primeiro Estado a ser beneficiado em todo o Brasil;

– Lei da Securitização das dívidas dos agricultores – Haully beneficiou milhares de produtores rurais que puderam ter suas dívidas renegociadas em prazos maiores;

– Lei do PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos – em defesa da agricultura brasileira;

– Lei do RECOOP – Haully lutou para beneficiar o cooperativismo brasileiro e paranaense propiciando que houvesse uma recuperação dos financiamentos para as cooperativas;

– Lei Orgânica de Assistência Social – estendeu aos deficientes físicos e idosos a assistência social com o pagamento de um salário mínimo mensal;

– Aprovação do Código de Trânsito, que disciplinou e modificou a maneira de ser do brasileiro, exigindo mais responsabilidade para condutores e pedestres;

– Aprovação da lei que criou os Juizados Especiais Estaduais viabilizando uma Justiça ágil e barata;

– Aprovação da lei que criou os Juizados Especiais Federais, viabilizando também em nível federal uma Justiça Federal eficiente e rápida;

– Autor da criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU), que financia o desenvolvimento dos municípios com recursos originados dos pagamentos de antigos convênios e financiamentos pagos ao Paraná pelas cidades;

– Autor do projeto de lei que permite o parcelamento dos pagamentos de PIS/Pasep, devidos até março de 2002, em 240 meses pelos municípios que encontrarem-se inadimplentes com o Governo Federal.

Na Agricultura

– Lei Kandir/Haully – Lei da Isenção do ICMS para produtos agrícolas nas exportações – foi o relator deste importante mecanismo legal que permitiu ampliar as exportações, principalmente da agricultura brasileira;

– Lei da Isenção do ICMS nas máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, que ajudou e ainda auxilia as empresas rurais e industriais a gerarem mais empregos e renda;

– Projeto de lei para que o Governo Federal faça reforma agrária com o Banco da Terra e compras de áreas só por leilão e não por desapropriação;

– Proger/Pronaf/Pronafinho – programas criados por lei e que facilitam o acesso dos agricultores brasileiros e pequenos empresários ao crédito fácil e barato;

– Lei da Securitização das dívidas dos agricultores – Haully beneficiou milhares de produtores rurais que puderam ter suas dívidas renegociadas em prazos maiores;

– Lei do PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos – Haully lutou para viabilizar a lei que auxiliou a agricultura brasileira;

– Lei do RECOOP – Haully lutou para beneficiar o cooperativismo brasileiro e paranaense propiciando que houvesse uma recuperação dos financiamentos para as cooperativas;

– Lutou e conseguiu o alongamento das dívidas dos cafeicultores por 12 anos;

– Luta pela não tributação do PIS/Cofins para as cooperativas;

– Luta pela não mudança/aumento da tributação do PIS/Cofins na agroindústria (soja/milho/trigo/carne/ mandioca);

– Foi um dos líderes pela implantação do salário mínimo integral para as aposentadorias dos trabalhadores rurais, pois havia mais de sete milhões de aposentados que só recebiam ½ salário mínimo;

– Copatrocinador da emenda de bancada para a Emater-Paraná adquirir veículos e renovar toda a frota para atendimento aos agricultores no Estado;

– Defensor da Embrapa e do Iapar como centros de excelência para desenvolvimento e difusão de tecnologias apropriadas para a agricultura.

Na Economia

– Haully é um dos autores do Simples, regime simplificado de impostos federais, implantado há cinco anos e com mais de dois milhões de empresas no programa;

– É autor do Simples II, que estendeu os benefícios do Simples para escolas particulares do ciclo básico, creches e pré-escolas;

– É autor de projeto de lei que estende o Simples para outras atividades como agências de turismo, lotéricas e agências de propaganda, entre outros prestadores de serviço;

– É um dos autores do Refis, o programa de refinanciamento das dívidas federais;

– É autor do projeto de lei que permite a substituição de importações no Brasil – as empresas que compram produtos importados por longo período poderão utilizar o imposto devido pelas importações para um fundo que financiará a instalação de fábricas que irão substituir os importados;

– É autor de projeto de lei que regulamenta a compra e venda por microempresas agrupadas – Sociedade de Interesse Econômico – possibilitando a elas uma concorrência mais equilibrada com as grandes empresas;

– É autor da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/1991 – que altera o sistema tributário e garante ao Paraná o pagamento do ICMS como produtor de energia elétrica. Desde a promulgação da nova Constituição, o Paraná não recebia o imposto devido pelos estados consumidores como São Paulo, e que daria mais de R\$300 milhões anuais para o orçamento estadual. Haully apresentou a proposta para corrigir o erro;

– É autor do projeto de lei que dá isenção de IPI para taxistas e transporte escolar – Haully apresentou projeto de lei que permite aos taxistas e transportadores escolares a isenção do imposto na aquisição

de novos veículos e que vai baratear o custo para todos. O projeto permite ainda o revezamento em turnos de trabalho por profissionais habilitados e ainda o benefício de reutilização por permuta após três anos da aquisição do veículo;

– Haully auxiliou na aprovação do Código de Defesa do Consumidor, que melhorou a relação de consumo no País, dotando-a de uma moderna legislação;

– Haully lidera o movimento nacional para que haja o pagamento aos mais de 53 mil pequenos acionistas, na maioria paranaenses, do liquidado Banco Bamerindus. É dele a autorização pela CPI do Proer para que houvesse o pagamento pelo Banco Central mais rápido aos pequenos poupadores.

Na Educação

– Autor da proposta de emenda constitucional que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) – previsto para acabar em 2006, o fundo é o responsável pela obrigatoriedade em investir-se 60% dos recursos em educação e viabilizou o pagamento de salários dignos aos professores. Era o caso de estados nordestinos onde o professor nem ao menos ganhava salário mínimo;

– Lutou pela implantação do Bolsa Escola como garantia de recursos para as famílias que necessitam manter seus filhos nas escolas públicas;

– Como ex-prefeito que entende a municipalização do ensino como fundamental para o desenvolvimento da criança e da família, Haully defendeu a concessão de recursos para a merenda escolar e que permitiu que fossem fornecidas mais de 35 milhões refeições diárias às crianças brasileiras;

– Dinheiro na Escola é um programa do MEC/Governo Federal para que as diretorias das escolas pudessem resolver as pequenas despesas de manutenção;

– Programa de Livros Didáticos contou com o apoio do deputado Hauly, que o defendeu na Câmara dos Deputados. Permitiu que o maior programa de livros didáticos do mundo fosse implementado no Brasil, com 33 milhões de alunos beneficiados. No Paraná é um sucesso.

– TV Escola é outro programa que contou com o apoio do Deputado Hauly e apresentou a marca da excelência em sua implantação;

– FUST – Um computador para cada 13 alunos nas escolas. O Paraná contará com recursos para a compra de computadores e os estudantes terão acesso à internet e informática. Um salto de qualidade na escola com recursos federais;

– As universidades Unifil, Unopar, Faculdade Teológica Sul-Americana, em Londrina, mais a Tuiuti de Curitiba, contaram com o apoio do Deputado Luiz Carlos Hauly para seu reconhecimento e credenciamento como centros universitários;

– Foi o primeiro prefeito do Brasil a fazer eleições diretas para diretores de escola no ano de 1983, sendo então copiado em vários lugares;

– Como prefeito de Cambé nuclearizou as escolas rurais. As 34 escolas rurais isoladas foram transformadas em cinco escolas nuclearizadas completas;

– Sua atuação como prefeito e educador recebeu o prêmio da Fundação de Apoio ao Estudante (FAE-MEC) em Brasília pelo seu trabalho notável na educação.

No Esporte e na Cultura

– O Deputado Hauly é o relator do projeto que dá incentivo fiscal para o esporte e está pronto para ser aprovado na Câmara dos Deputados;

– É autor de lei que beneficia os produtores culturais e que estende benefícios fiscais para a construção de salas de cinema e de teatro, além de determinar que cópias de filmes patrocinados com recursos públicos sejam destinados a escolas e ao interior do Brasil;

– Integra o grupo parlamentar de apoio à música brasileira.

No Municipalismo

– Pelo seu trabalho como vereador (1973/1976) e Prefeito de Cambé (1983/1987) tornou-se uma das principais lideranças municipalistas do Brasil;

– Coordenador do Bloco Parlamentar Municipalista na Câmara dos Deputados e Congresso Nacional;

– Quando prefeito de Cambé foi presidente da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (AMEPAR) e criou com seus colegas os grupos de saúde, educação e assistência social para discussão, estudos e disseminação do municipalismo, além do início da descentralização da saúde e educação. Atuou no fortalecimento e autonomia econômica e financeira dos municípios. É dele a luta pela liberação do plantio de frutas cítricas no Paraná e que resultou no fim da proibição;

– Participou ativamente de três grandes conquistas que aumentaram a arrecadação dos municípios e estados: Emendas Constitucionais Passos Porto e Airton Sandoval e Assembléia Nacional Constituinte;

– É um dos pais da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF);

– Autor da Lei Haully – Lei nº 9.796/1999 – que compensa os municípios e estados e seus programas previdenciários com recursos do INSS;

– Autor da Lei da Transparência em Contas Públicas – Lei nº 97.55/1998 – que obriga a todas as entidades públicas (prefeituras, governos estadual e federal, órgãos públicos e Poder Judiciário e Legislativo) a publicar na internet todos os dados referentes às despesas e receitas e sob responsabilidade do Tribunal de Contas da União.

(Acessando contaspUBLICAS.gov.br todo brasileiro pode controlar os gastos públicos e combater desperdícios e corrupção).

Na Seguridade Social/Previdência, na Assistência Social e na Saúde

- Liderou a luta pelos 147% de correção para os salários dos aposentados;
- Liderou a aprovação da Lei nº 10.099/2000, que dá prioridade aos trabalhadores receberem as demandas judiciais até R\$12.000,00 em sessenta dias sem expedição de precatórios;
- Liderou a luta pelo aumento da aposentadoria rural de ½ salário mínimo para um salário mínimo;
- Pioneiro no Brasil ao municipalizar o atendimento à saúde, quando prefeito de Cambé – 1983 a 1987 – sendo o primeiro município a implantar o programa de saúde bucal nas escolas públicas;
- Pioneiro ao apoiar a Dr^a Zilda Arns na implantação do segundo polo da Pastoral da Criança quando prefeito de Cambé;
- Autor do projeto de lei que permite o saque do PIS/Pasep para o trabalhador que tiver algum dependente atingido pela Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS;
- Defende a instituição do PET – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;